

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL SESSÃO DE JULGAMENTO DO DIA 29 DE MARÇO DE 2022  
HABEAS CORPUS Nº 0822484-88.2021.8.10.0000 PACIENTE: BRIAN D'GUARE CORREIA  
DOS SANTOS IMPETRANTES: DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA E SÉRGIO FELIPE DE  
MELO SILVA IMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE  
SÃO LUÍS/MA. RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO ACÓRDÃO  
N.º \_\_\_\_\_/2022 EMENTA PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS.  
ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE.  
REITERAÇÃO DE PEDIDO. MATÉRIA JÁ APRECIADA EXAUSTIVAMENTE POR ESTA CORTE  
DE JUSTIÇA. NÃO CONHECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO ENCERRADA.  
PROLAÇÃO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. SÚMULA 21 DO STJ. FEITO COMPLEXO E  
PLURALIDADE DE ACUSADOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM  
DENEGADA. 1. A tese atinente à violação ao princípio da homogeneidade da  
prisão preventiva fora exaustivamente refutada por ocasião do julgamento  
do HC 0817154-47.2020.8.10.0000, de modo que não deve ser conhecida, por  
tratar-se de mera reiteração de pedido. 2. Encerrada a instrução criminal  
e prolatada a decisão de pronúncia, não há que se falar em constrangimento  
ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, conforme inteligência da  
Súmula 21 do STJ. 3. Em razão da complexidade da causa e pluralidade de  
acusados, com interposição de embargos de declarações e recursos em  
sentido estrito, mostra-se justificável eventual dilação temporal. 4.  
Ordem parcialmente conhecida e, nessa parte, denegada. Unanimidade.  
ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os  
Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do  
Estado do Maranhão, por unanimidade, e de acordo parcial com o parecer da  
Procuradoria-Geral de Justiça, em CONHECER PARCIALMENTE DA ORDEM  
impetrada, e, nessa parte, DENEGÁ-LA, nos termos do voto do Desembargador  
Relator. Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores José de  
Ribamar Froz Sobrinho, Antônio Fernando Bayma Araújo e José Joaquim  
Figueiredo dos Anjos. Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Drª.  
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro. São Luís, 29 de março de  
2022. Desembargador JOSÉ DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO Relator (HCCrim  
0822484-88.2021.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) JOSE DE RIBAMAR FROZ  
SOBRINHO, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 07/04/2022)